

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 18/2009

Disponibilização: 28 de Setembro de 2009

Período abrangido: 14 a 25 de Setembro de 2009

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
 - **FORÇAS DE SEGURANÇA**
 - **QUESTÕES ELEITRAIS E REFERENDÁRIAS**
- 3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA**
 - **FLORESTAS**
 - **VETERINÁRIA**
- 6. AMBIENTE**
- 7. CIDADANIA**
- 8. COMÉRCIO**
 - **COMÉRCIO INTERNO**
- 9. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 10. CONFISSÕES RELIGIOSAS**
- 11. CONSUMIDORES**

12. CULTURA

13. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

14. DESPORTO

15. EDUCAÇÃO

16. EMPRESAS

17. FINANÇAS

- **BANCA**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

18. FORÇAS ARMADAS

19. HABITAÇÃO

20. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

21. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

22. JUSTIÇA

- **REGISTOS**

23. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

24. OBRAS PÚBLICAS

25. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

26. QREN

27. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

28. SAÚDE

29. SEGURANÇA SOCIAL

30. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

31. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**
- **TRANSPORTES**

32. TURISMO E LAZER

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[DECRETO-LEI n.º 230/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolseiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas

[PORTARIA n.º 1098/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Determina o alargamento da competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações a 29 novos serviços, no âmbito da «associação na hora»

[PORTARIA n.º 1109/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Determina o suporte informático para os actos e processos de registo civil e regulamenta a reconstituição de actos e processos de registo

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[PORTARIA n.º 1085/2009, de 21 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Estabelece os requisitos essenciais para a obtenção de alvará e de licença pelas entidades que requerem autorização para exercer a actividade de segurança privada

- **FORÇAS DE SEGURANÇA**

[DECRETO-LEI n.º 251/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL)

Regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e nas forças de segurança

[PORTARIA n.º 1099/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova as áreas de formação e as especialidades em que a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea conferem o grau de licenciado e de mestre

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

[DESPACHO n.º 21142/2009, de 21 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Verbas a transferir para os municípios para a eleição dos deputados à Assembleia da República

[DESPACHO NORMATIVO n.º 32-A/2009, de 23 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Determina medidas para o rápido conhecimento e difusão dos resultados da eleição dos Deputados à Assembleia da República que se realiza em 27 de Setembro de 2009

[DESPACHO NORMATIVO n.º 32-B/2009, de 23 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Determina medidas para o rápido conhecimento e difusão dos resultados das eleições dos órgãos das autarquias locais que se realizam em 11 de Outubro de 2009

[PORTARIA n.º 1107-A/2009, de 24 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica nos tempos de antena relativos à campanha para a eleição dos órgãos das autarquias locais de 11 de Outubro de 2009 para as estações de radiodifusão de âmbito local

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[DECRETO-LEI n.º 225/2009, de 14 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 52.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece as regras referentes à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal

[DESPACHO n.º 20712/2009, de 15 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Determina a suspensão das actividades inspectivas e inquéritos a autarquias locais de 11 de Setembro até ao dia 11 de Outubro de 2009

[DECRETO-LEI n.º 239/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal, assim como as condições e o modo de exercício das respectivas funções, regulamentando a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio

[ACÓRDÃO n.º 373/2009, de 21 de Setembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Julga inconstitucional a norma do n.º 3 do artigo 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, interpretada com o sentido de que apenas os partidos políticos representados na Assembleia Municipal e que não façam parte da Câmara Municipal, ou que nela não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre a proposta de orçamento e de plano de actividades

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[DECRETO-LEI n.º 238/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Estabelece ajustamentos procedimentais relativos à entrega de requerimentos para aposentação e determina a revisão oficiosa com efeitos retroactivos reportados a 1 de Janeiro de 2008, para actualização do factor tempo de serviço, de pensões de aposentação voluntária não dependente de incapacidade atribuídas de acordo com a Lei n.º 52/2007, de 31 de Agosto, procedendo à 32.ª alteração ao Estatuto da Aposentação

[DECRETO-LEI n.º 242/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto

[AVISO n.º 16316/2009, de 18 de Setembro](#)

(AGÊNCIA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E. P. E.)

Com a entrada em vigor do acordo quadro relativo a Licenciamento de Software, passa a ser vedada a todos os serviços da administração directa do Estado e a todos os institutos públicos - que constituem entidades compradoras vinculadas enquadradas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007 - a adopção de procedimentos tendentes à contratação, fora do âmbito do referido acordo quadro

[PORTARIA n.º 1086/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Actualiza os valores correspondentes aos índices 100 em cada país, reportados a 1 de Janeiro de 2009, que fazem parte integrante do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

[DESPACHO n.º 21365-A/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE)

Ordena a interrupção ou suspensão de serviços ou o encerramento de estabelecimentos, total ou parcialmente, nos casos em que as autoridades de saúde reconheçam o perigo de contágio pelo vírus H1N1 (gripe A)

[DESPACHO n.º 21372/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Actualização da remuneração do pessoal do quadro único de contratação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

[DECRETO-LEI n.º 256/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece os princípios e orientações para a prática da protecção integrada e produção integrada, bem como o regime das normas técnicas aplicáveis à protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, e cria, igualmente, um regime de reconhecimento de técnicos em protecção integrada, produção integrada e modo de produção biológico, no âmbito da produção agrícola primária, e revoga o Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho

[DECRETO-LEI n.º 257/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece o regime de derrogações aplicáveis à inscrição, produção, certificação e comercialização de variedades de conservação de espécies agrícolas, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/62/CE, da Comissão, de 20 de Junho, que prevê determinadas derrogações aplicáveis à admissão de variedades autóctones e variedades agrícolas naturalmente adaptadas às condições regionais e locais e ameaçadas pela erosão genética, bem como à comercialização de sementes e batata-semente dessas variedades

- **FLORESTAS**

[DECRETO-LEI n.º 254/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal

- **VETERINÁRIA**

[DECRETO-LEI n.º 236/2009, de 15 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2008/76/CE, de 25 de Julho, e 2009/8/CE, de 10 de Fevereiro, ambas da Comissão, que alteram a Directiva n.º 2002/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Maio, relativa às substâncias indesejáveis nos alimentos para animais, alterando o Decreto-Lei n.º 193/2007, de 14 de Maio

[DECRETO-LEI n.º 237/2009, de 15 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova as normas a que devem obedecer o fabrico, a autorização de venda, a importação, a exportação, a comercialização e a publicidade de produtos de uso veterinário e revoga o Decreto-Lei n.º 232/99, de 24 de Junho

[DESPACHO n.º 21384/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Alteração ao despacho n.º 7337/2009 - vacinação da língua azul

[DECRETO-LEI n.º 255/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece as normas de execução na ordem jurídica nacional do Regulamento (CE) n.º 1739/2005, da Comissão, de 21 de Outubro, relativo ao estabelecimento das condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação de animais de circo e outros números com animais entre Estados membros, e aprova as normas de identificação, registo, circulação e protecção dos animais utilizados em circos, exposições itinerantes, números com animais e manifestações similares em território nacional

[DESPACHO n.º 21496/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Procedimentos a adoptar pelas entidades públicas relativos à apreensão e recolha de animais selvagens

6. AMBIENTE

[DESPACHO n.º 20762/2009, de 16 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região do Norte

[DESPACHO n.º 20763/2009, de 16 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo

[PORTARIA n.º 1067/2009, de 18 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Altera e republica a Portaria n.º 1102/2007, de 7 de Setembro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental

[DECRETO-LEI n.º 245/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Quarta alteração do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, simplificando o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas

[DESPACHO n.º 21496/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Procedimentos a adoptar pelas entidades públicas relativos à apreensão e recolha de animais selvagens

[DECRETO-LEI n.º 254/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal

[PORTARIA n.º 1108/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Mantém a praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso

7. CIDADANIA

[LEI n.º 112/2009, de 16 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro

8. COMÉRCIO

- **COMÉRCIO INTERNO**

[AVISO n.º 16247/2009, de 18 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2010

9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[PORTARIA n.º 1107-A/2009, de 24 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Homologa a tabela de compensação pela emissão radiofónica nos tempos de antena relativos à campanha para a eleição dos órgãos das autarquias locais de 11 de Outubro de 2009 para as estações de radiodifusão de âmbito local

10. CONFISSÕES RELIGIOSAS

[DECRETO-LEI n.º 251/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL)

Regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e nas forças de segurança

[DECRETO-LEI n.º 252/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Regula a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça e nos centros educativos

[DECRETO-LEI n.º 253/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Aprova o Regulamento da Assistência Espiritual e Religiosa no Serviço Nacional de Saúde

11. CONSUMIDORES

[DESPACHO n.º 20778/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Autoriza a criação do CNIACC - Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo

12. CULTURA

[DECRETO n.º 21/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Classifica como bem de interesse nacional o espólio documental de Fernando Pessoa

13. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[DESPACHO n.º 20621/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Normas complementares a observar no âmbito dos circuitos financeiros entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P., as autoridades de gestão, FEDER

14. DESPORTO

[DESPACHO n.º 21366/2009, de 23 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova a tabela de preços referente à utilização das instalações desportivas e prestação de serviços afectos ao Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

15. EDUCAÇÃO

[DECRETO-LEI n.º 230/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, e determina a desmaterialização de procedimentos relativos ao processo individual do estudante e à emissão dos documentos comprovativos da titularidade dos graus e diplomas, e simplifica o procedimento relativo à equiparação a bolsheiro de docentes, investigadores e outros trabalhadores das instituições de ensino superior públicas

[DESPACHO n.º 21371/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Aprova o Regulamento de Concessão de Bolsas do IPAD, I. P.

[DESPACHO n.º 21394/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Alteração ao despacho n.º 18 367/2008, de 9 de Julho, que aprova o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 4.3, «Bolsas e programas para estudantes do ensino superior», do POPH

16. EMPRESAS

[DESPACHO n.º 20871/2009, de 17 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Definição do procedimento aplicável ao pagamento das prestações de desemprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)

17. FINANÇAS

- **BANCA**

[AVISO DO BANCO DE PORTUGAL n.º 7/2009, de 16 de Setembro](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Concessão de crédito a entidades sediadas em jurisdição offshore. Regulamentação do artigo 118.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[DECRETO REGULAMENTAR n.º 25/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro

[ACÓRDÃO n.º 376/2009, de 21 de Setembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional a norma ínsita no n.º 5 do artigo 86.º, conjugado com o artigo 91.º, ambos da lei geral tributária, que determina que em caso de erro na quantificação ou nos pressupostos da determinação indirecta da matéria tributável a impugnação judicial da

liquidação depende da prévia reclamação que segue os termos do procedimento de revisão da matéria colectável

[DECRETO-LEI n.º 249/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelos artigos 106.º e 126.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aprova o Código Fiscal do Investimento

[DECRETO-LEI n.º 250/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 106.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, procede à regulamentação dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e desenvolve o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal do Investimento

- ***PATRIMÓNIO DO ESTADO***

[PORTARIA n.º 1085/2009, de 21 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Estabelece os requisitos essenciais para a obtenção de alvará e de licença pelas entidades que requerem autorização para exercer a actividade de segurança privada

18. FORÇAS ARMADAS

[DECRETO-LEI n.º 251/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL)

Regula o exercício da assistência religiosa nas Forças Armadas e nas forças de segurança

[PORTARIA n.º 1099/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Aprova as áreas de formação e as especialidades em que a Escola Naval, a Academia Militar e a Academia da Força Aérea conferem o grau de licenciado e de mestre

19. HABITAÇÃO

[PORTARIA n.º 1068/2009, de 18 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Aprova o Regulamento e a tabela de taxas do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

[AVISO n.º 16247/2009, de 18 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2010

20. INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

[DECRETO-LEI n.º 249/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelos artigos 106.º e 126.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, aprova o Código Fiscal do Investimento

[DECRETO-LEI n.º 250/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 106.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, procede à regulamentação dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e desenvolve o disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Código Fiscal do Investimento

21. JOGOS DE FORTUNA E AZAR

[AVISO n.º 16135/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Planos Oficiais de Prémios da Lotaria Clássica respeitantes ao 4.º trimestre de 2009

[AVISO n.º 16136/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Planos Oficiais de Prémios da Lotaria Popular respeitantes ao 4.º trimestre de 2009

22. JUSTIÇA

[LEI n.º 104/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica

[LEI n.º 105/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro

[DECRETO-LEI n.º 227/2009, de 14 e Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22 de Agosto, que regulamenta a Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal

[LEI n.º 112/2009, de 16 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro

[DESPACHO n.º 20778/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Autoriza a criação do CNIACC - Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo

[LEI n.º 113/2009, de 17 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece medidas de protecção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto

[ACÓRDÃO n.º 427/2009, de 17 de Setembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não se pronuncia pela inconstitucionalidade da norma da alínea b) do n.º 6 do artigo 14.º, enquanto conjugada com as normas das alíneas a) e b) do n.º 1 do mesmo artigo, constante do Código da Execução das Penas e das Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pelo Decreto n.º 366/X da Assembleia da República

[ACÓRDÃO n.º 374/2009, de 21 de Setembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Fixa, para o conjunto normativo formado pelos artigos 6.º e 8.º da Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto, na interpretação segundo a qual a actual redacção do artigo 18.º, n.º 2, da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, introduzida pela Lei n.º 47/2007, de 28 de Agosto, se aplica aos pedidos de protecção jurídica apresentados após a entrada em vigor desta, no âmbito de acções instauradas antes desta data, a seguinte interpretação: «A avaliação da insuficiência económica superveniente para efeito do requerimento de apoio judiciário inclui a tomada em consideração da ocorrência de um 'encargo excepcional', em virtude do decurso do processo»

[LEI n.º 114/2009, de 22 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Procede à terceira alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto, adaptando o regime de identificação criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas

[DECRETO-LEI n.º 252/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Regula a assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça e nos centros educativos

[PORTARIA n.º 1098/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Determina o alargamento da competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações a 29 novos serviços, no âmbito da «associação na hora»

- **REGISTOS**

[PORTARIA n.º 1109/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Determina o suporte informático para os actos e processos de registo civil e regulamenta a reconstituição de actos e processos de registo

23. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[PORTARIA n.º 1086/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Actualiza os valores correspondentes aos índices 100 em cada país, reportados a 1 de Janeiro de 2009, que fazem parte integrante do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

[DESPACHO n.º 21371/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

Aprova o Regulamento de Concessão de Bolsas do IPAD, I. P.

[DESPACHO n.º 21372/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Actualização da remuneração do pessoal do quadro único de contratação do Ministério dos Negócios Estrangeiros

24. OBRAS PÚBLICAS

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 97/2009, de 23 de Setembro](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Procede à identificação, como projectos de investimento considerados relevantes para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 135.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março, de um conjunto de obras correspondentes a intervenções fundamentais em estradas e obras de arte nelas integradas

25. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[DECRETO-LEI n.º 254/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal

26. QREN

[DESPACHO n.º 20621/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Normas complementares a observar no âmbito dos circuitos financeiros entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P., as autoridades de gestão, FEDER

[PORTARIA n.º 1046/2009, de 15 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Vincula genericamente o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., à jurisdição do Arbitrare - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações, de forma a permitir a resolução de conflitos em matérias de firmas e denominações e de propriedade industrial por meio da arbitragem

[LEI n.º 109/2009, de 15 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de Fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa

27. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL n.º 403/2009, de 16 de Setembro](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

A - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das seguintes normas do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro: 1) da norma constante do artigo 4.º, n.º 4, primeira parte; 2) das normas constantes do artigo 7.º, n.º 1, alíneas i) e j); 3) das normas constantes dos artigos 7.º, n.º 1, alínea o), 47.º, n.º 4, alínea c), 67.º, alínea d), 101.º, n.º 1, alínea n), e 130.º; 4) da norma constante do artigo 114.º, na parte relativa à dissolução da Assembleia Legislativa; 5) da norma constante do artigo 119.º, n.os 1 a 5; 6) da norma constante do artigo 140.º, n.º 2. B - Não declara a inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 34.º, alínea m), e 124.º, n.º 2, do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro

- **MADEIRA**

[PORTARIA n.º 880/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Portaria de extensão dos encargos resultantes do contrato de concessão de serviços aéreos regulares celebrado entre o Estado e a SATA

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 28/2009/M, de 25 de Setembro](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece o regime de exercício da actividade industrial na Região Autónoma da Madeira

28. SAÚDE

[LEI n.º 106/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Acompanhamento familiar em internamento hospitalar

[PORTARIA n.º 1047/2009, de 15 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA SAÚDE)

Terceira alteração à Portaria n.º 1016-A/2008, de 8 de Setembro, que reduz os preços máximos de venda ao público dos medicamentos genéricos

[DECRETO-LEI n.º 241/2009 de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Estabelece o regime de instalação, abertura e funcionamento de farmácia de dispensa de medicamentos ao público nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e as condições da respectiva concessão por concurso público e revoga o Decreto-Lei n.º 235/2006, de 6 de Dezembro

[DECRETO-LEI n.º 242/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto

[DECRETO-LEI n.º 247/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Estabelece o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica

[DECRETO-LEI n.º 248/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Estabelece o regime da carreira especial de enfermagem, bem como os respectivos requisitos de habilitação profissional

[DESPACHO n.º 21365-A/2009, de 22 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE)

Ordena a interrupção ou suspensão de serviços ou o encerramento de estabelecimentos, total ou parcialmente, nos casos em que as autoridades de saúde reconheçam o perigo de contágio pelo vírus H1N1 (gripe A)

29. SEGURANÇA SOCIAL

[LEI n.º 107/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social

[LEI n.º 108/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Alteração do regime de apoio ao acolhimento familiar

[LEI n.º 110/2009, de 16 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

30. TRABALHO

[LEI n.º 105/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro

[LEI n.º 107/2009, de 14 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social

[DECRETO-LEI n.º 242/2009, de 16 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Dispensa a obrigatoriedade de atestado médico para efeitos de comprovação da robustez física e do perfil psíquico exigidos para o exercício de funções profissionais, públicas ou privadas, e revoga o Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto

[LEI n.º 113/2009, de 17 de Setembro](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Estabelece medidas de protecção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto

[DESPACHO n.º 20871/2009, de 17 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Definição do procedimento aplicável ao pagamento das prestações de desemprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)

[DECRETO-LEI n.º 259/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho

[DECRETO-LEI n.º 260/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário

• **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[DESPACHO n.º 21023/2009, de 18 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Altera o despacho n.º 18 229/2008, de 8 de Julho, do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 2.1, «Reconhecimento, validação e certificação de competências», do POPH

[DESPACHO n.º 21394/2009, de 23 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Alteração ao despacho n.º 18 367/2008, de 9 de Julho, que aprova o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 4.3, «Bolsas e programas para estudantes do ensino superior», do POPH

31. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• **COMUNICAÇÕES**

[DECRETO-LEI n.º 258/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 32/2009, de 9 de Julho, que determina a aplicação do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio, às infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas detidas, geridas ou utilizadas pelas empresas de comunicações electrónicas, sujeitando-as ao regime de acesso aberto, procede à terceira alteração da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, e à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de Maio

- **TRANSPORTES**

[PORTARIA n.º 880/2009, de 24 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Portaria de extensão dos encargos resultantes do contrato de concessão de serviços aéreos regulares celebrado entre o Estado e a SATA

32. TURISMO E LAZER

[DECRETO-LEI n.º 228/2009, de 14 de Setembro](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos

[PORTARIA n.º 1108/2009, de 25 de Setembro](#)

(MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

Mantém a praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso